

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXV nº 1522 | 12/10/2020 a 25/10/2020

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

DIPLOMACIA DO AGRO

Adidos agrícolas reforçam o diálogo do setor paranaense com dezenas de países, identificam oportunidades e colaboram para a abertura de mercados

sistemafaep.org.br



Aos leitores

Existe uma lista de acontecimentos que marcam o desenvolvimento do agronegócio brasileiro (e paranaense), como a Revolução Verde e o Sistema de Plantio Direto (SPD), ambos na década de 1970, entre outros. Sem dúvida, um marco nesta cronologia da agropecuária nacional é a criação dos adidos agrícolas. Basta olhar para os números das exportações do campo no último ano antes do surgimento deste posto e o primeiro já com esses representantes espalhados pelo mundo para notar o salto, em quantidade e valor.

Hoje, o Brasil conta com 24 adidos agrícolas alocados em 22 países-chave para o agronegócio brasileiro (e paranaense). Esse posto funciona como uma espécie de cartão de visita de mão dupla. Ou seja, esses profissionais apresentam os produtos *made in* Brasil (Paraná) para os novos mercados no exterior, ao mesmo tempo em que repassam informações de oportunidades que podem ser ocupadas.

Olhando mais a fundo a história da criação dos adidos agrícolas, como faz a matéria de capa deste Boletim Informativo, encontramos a participação da FAEP. Lá atrás, no início do século, a entidade identificou a necessidade de se ter verdadeiros representantes do agro em países de interesse. Então, começou a fomentar uma mobilização, até que o cargo fosse criado pelo governo federal. A partir dali, relações comerciais foram fortalecidas, mercados abertos, cifras ampliadas e oportunidades identificadas, com perspectivas para novos avanços no curto prazo.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - Fecomércio e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto | **Superintendência:** Débora Grimm

• BOLETIM INFORMATIVO

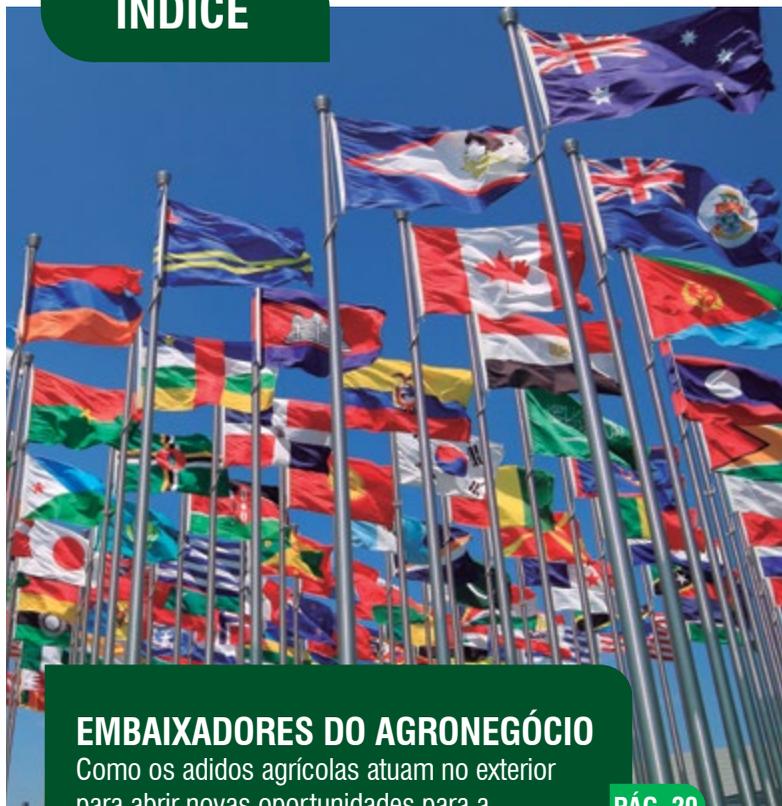
Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1522:

Fernando Santos, Paulo Odilon Ceratti Kurtz/Embrapa, Portos do Paraná, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



EMBAIXADORES DO AGRONEGÓCIO

Como os adidos agrícolas atuam no exterior para abrir novas oportunidades para a agropecuária brasileira e paranaense

PÁG. 20

MEIO AMBIENTE

IAT promove regularização de barragens em propriedades do Paraná

Pág. 6

PORTO DE PARANAGUÁ

Leia a entrevista exclusiva com o novo presidente do Conselho de Administração da Autoridade Portuária

Pág. 8

TRIGO

Em ano atípico, cereal registra recordes de preço, mas ainda está longe de pagar as contas

Pág. 12

COLUNA

Na seção “Onde se produz”, conheça mais sobre a cultura da mandioca

Pág. 17

AGRINHO

Campanhas contra a dengue e pela preservação da água vão distribuir centenas de prêmios

Pág. 27

Segurança jurídica para produzir!



O produtor rural faz parte de uma categoria acostumada a enfrentar desafios para realizar a sua atividade. Seja na agricultura ou na pecuária, é preciso contornar a seca, o excesso de chuva, a alta do dólar, que encarece insumos importados, o chamado “Custo Brasil”, que eleva o preço dos produtos no mercado internacional. Isso só para citar alguns pontos, pois a lista é longa.

O que não pode acontecer é a insegurança jurídica entrar de vez nesta lista. Hoje, sem sombra de dúvida, o produtor rural convive com incertezas na hora de investir, produzir ou planejar, pois não tem como saber se uma ação na esfera jurídica, no meio do caminho, irá mudar as regras do jogo.

O Brasil, como já está comprovado, é um dos países com a mais rígida legislação ambiental do planeta. Desde 2012, dispomos de um Código Florestal moderno, robusto e que permite conciliar produção agropecuária com conservação ambiental de forma sustentável, e que foi construído através de muito diálogo para que houvesse consenso. Mas, mesmo com regras claras e definidas, alguns órgãos insistem em contestar os artigos do Código Florestal.

O Ibama, em muitos casos, não reconhece dispositivos do Código Florestal no bioma da Mata Atlântica (áreas consolidadas e áreas de preservação permanente), criando sérios problemas

para proprietários rurais dos Estados abrangidos por esse tipo de ecossistema. Ao não reconhecer o entendimento do Código Florestal, o órgão sujeita os produtores rurais a multas por desmatamentos feitos posteriormente a 1990 (decreto 99.547/1990, já revogado), quando a nova data estabelecida é 22 de junho de 2018, conforme a lei mais recente 12651/2012 (Código Florestal).

Isso gera problemas, inclusive no Paraná, pois impossibilita que os órgãos ambientais analisem o Cadastro Ambiental Rural (CAR), impedindo a implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Na prática, os produtores rurais em muitos casos ficam desorientados sobre o que fazer.

Além disso, Ministérios Públicos Estaduais, também no Paraná, insistem em ingressar com ações contestando os artigos do Código Florestal. No âmbito nacional, já são milhares de casos, gerando mais insegurança jurídica no campo.

Ninguém está pedindo para os produtores rurais não serem fiscalizados e, quando necessário, autuados. Aquele que estiver errado deve ser punido com toda certeza. Inclusive, o próprio Código Florestal já criou essa ferramenta de fiscalização, quando obriga os proprietários a apresentar a declaração de como está a propriedade por meio do CAR.

O problema é estabelecer as regras do jogo e não cumpri-las. Isso traz enor-

me insegurança jurídica para o meio rural, o setor que tem segurado a economia do país. O nosso apelo é que os órgãos competentes apenas façam cumprir as regras estabelecidas depois de um esforço tão grande de toda a sociedade para a construção do Código Florestal. Ou seja, em vez de despender esforços questionando as medidas estabelecidas, direcionem o trabalho para analisar, referendar e, quando preciso, punir. Precisamos que todos, cada um na sua atividade, confirmem o estabelecido para que a segurança seja coletiva. Não podemos viver com essa dubiedade.



Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

Em audiência, FAEP reforça importância da Tarifa Rural Noturna

Presidente da entidade, Ágide Meneguette, apresentou dados ao governador sobre o benefício que impacta mais de 1 milhão de pessoas e contribui para economia estadual

Em audiência com o governador do Paraná, Carlos Massa Júnior, no dia 7 de outubro, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, entregou um relatório técnico referente ao programa Tarifa Rural Noturna. O benefício permite que os produtores paranaenses, envolvidos nas mais diversas cadeias produtivas, como avicultura, suinocultura, bovinoculturas de leite e corte, fumicultura, aquicultura e sericultura, tenham o desconto de 60% na tarifa para consumo rural no horário entre 21h30 e 6 horas. Essas atividades intensivas exigem o uso da energia elétrica de forma ininterrupta.

De acordo com o material técnico desenvolvido pelo Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, a Tarifa Rural Noturna atinge 77,5 mil produtores rurais e mais de 1 milhão de pessoas, considerando a contratação de 2,3 funcionários por propriedade, sendo as famílias compostas, em média, por seis pessoas. Esse cálculo realizado pela FAEP considera como exemplo a avicultura em Cianorte, município da região Noroeste do Paraná.

Ainda, o material técnico destaca a importância que as atividades rurais que são beneficiadas pelo programa estadual têm para a economia paranaense. Considerando cinco destas cadeias - avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, fumicultura e aquicultura -, a contribuição para o Valor Bruto de Produção (VBP) chega a R\$ 36,6 bilhões, 37,3% do total produzido pelo Paraná.

“A Tarifa Rural Noturna vai muito além de um simples desconto na energia elétrica. É um programa importante para o campo, para os produtores, para os trabalhadores e também para a economia do Estado. A continuidade é fundamental para o setor”, destaca Meneguette, considerando que a renovação do benefício acontece de forma anual, desde a sua criação em 2007, por meio da Lei Estadual 19.812. “O governador foi bastante suscetível às nossas ponderações, ainda mais que ele sabe da importância do setor agropecuária para a economia paranaense”, acrescenta.

R\$ 36,6 bi

Este é o tamanho do VBP das cinco principais cadeias produtivas beneficiadas pela Tarifa Rural Noturna: aves, suínos, bovinos de leite, tabaco e peixes

solar (fotovoltaica) seria uma garantia a mais de fornecimento ininterrupto para os produtores rurais, que convivem com queda no fornecimento de eletricidade (causada por falhas na distribuição), o que gera prejuízos severos.

“A FAEP é totalmente a favor da substituição da matriz, até por ser mais limpa e com fornecimento mais seguro. Apenas entendemos que é preciso um período de carência para tirar o subsídio da Tarifa Rural Noturna. É preciso fazer um estudo técnico para definir qual o prazo, em anos, para que os produtores possam migrar para energia solar. Isso porque precisamos levar em conta que o investimento inicial é alto para o produtor”, aponta Meneguette.

A energia fotovoltaica é uma alternativa interessante para os produtores rurais, como aponta um outro estudo realizado pelo DTE da FAEP. Na última década, uma série de fatores, como novas legislações, barateamento de equipamentos e até mesmo o aumento no preço da energia elétrica, tornou a energia solar uma opção bastante atrativa.

Para comprovar isso, o material técnico analisou os cenários da avicultura e a bovinocultura de leite, do ponto de vista do consumo energético. No caso da avicultura, considerando um consumo mensal de dois galpões de 2.560 m² cada e capacidade para alojamento de 66,5 mil aves, a fatura de energia é de R\$ 8.299 para o consumo mensal de 21.279 kWh (considerando a tarifa de R\$ 0,39 por kWh consumido).

Assim, de acordo com a simulação, o tempo de retorno do investimento de R\$ 1 milhão é de sete anos. Dali para frente, o saldo positivo passa a ser crescente por mais 18 anos, considerando a durabilidade do equipamento, que é de 25 anos. Ou seja, após pagar o investimento, o produtor ainda teria 18 anos de energia quase de graça (quase, pois ainda existe uma taxa referente ao custo de disponibilidade do sistema que deve ser paga mensalmente, independentemente do consumo. Isso ocorre quando o produtor está conectado à rede da distribuidora).

No caso da bovinocultura leiteira, o modelo utilizado no cálculo é o de uma propriedade com 74 animais, sendo 60 em lactação, e um consumo médio de 3.050 kWh (R\$ 1.189). Neste caso, o tempo de retorno do investimento foi menor, apenas cinco anos.

O material elaborado pelo DTE da FAEP identificou as principais linhas de crédito e instituições financeiras que podem financiar este tipo de equipamento. No total, foram mapeadas 41 linhas de crédito diferentes (confira a planilha completa na seção Serviços, no site www.sistemafaep.org.br). As taxas mais baixas giram em torno de 4% e 6% ao ano.

ATUALIZAÇÃO



Na avicultura, por exemplo, a energia elétrica é um dos principais insumos da produção de carne de frango, podendo representar 20% do custo de produção. O controle da ambiência do aviário é realizado de forma ininterrupta, 24 horas por dia, sete dias por semana. O mesmo ocorre na pecuária de leite, atividade presente nos 399 municípios do Estado, que tem na energia elétrica os principais custos. “Sempre estamos batendo na tecla do custo de produção. A energia elétrica é um insumo importante para o campo, podendo chegar a comprometer em algumas atividades”, acrescenta o presidente da FAEP.

Mudança de matriz

O governo estadual tem um projeto de incentivo para instalação de usinas solares no meio rural, o que baratearia o preço da energia, além de contribuir para a sustentabilidade e conservação do meio ambiente. Além disso, o uso de energia

Barragem em propriedade rural exige regularização

Produtores devem atualizar as informações por meio de preenchimento de formulário *online*. Sindicatos e FAEP podem auxiliar

As barragens ou outros tipos de estrutura de retenção em propriedades rurais precisam de regularização de acordo com a Lei 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. A lei se aplica a barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais.

No Paraná, a fiscalização e a concessão da outorga de recursos hídricos competem ao Instituto Água e Terra (IAT), que identificou 2,9 mil áreas com mais de 10 mil m² de lâminas d'água. Destas, cerca de 2,3 mil precisam de regularização.

Segundo o responsável pelo Setor de Segurança de Barragens do IAT, Osneri Andreoli, o objetivo é fazer um mapeamento das condições de todas as barragens que existem no Estado. "As barragens no Paraná, na sua maioria, são pequenas. Mas, se não forem adequadamente mantidas, feita a limpeza e tomados os cuidados necessários, podem apresentar risco de rompimento no momento de uma chuva intensa ou em situação que não suporte mais aquela água que reserva", explica Andreoli.

Na notificação enviada pelo IAT, há um *QR Code* para acesso ao formulário de preenchimento. Nesta ficha, preenchida de forma online, são requeridas informações como altura, largura, volume armazenado e localização da barragem. De acordo com Andreoli, cada barragem tem suas especificidades em função do tamanho e condição apresentados e, por meio do recebimento destas informações, será possível fazer uma análise da estrutura e determinar possíveis riscos e necessidades de manutenção.

Serviço

Para mais informações, produtores rurais podem buscar orientação nos escritórios regionais do IAT ou pelo telefone (41) 3213-4753. Também é possível procurar auxílio para preenchimento do formulário no sindical rural local ou na FAEP.



Confira as orientações elaboradas pela técnica Carla Beck, do Departamento Técnico Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR

1) Essa obrigatoriedade está prevista em lei?

A Lei 12.334 de 20 de setembro de 2010 estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. Esta lei aplica-se a barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

- I. Altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15 metros;
- II. Capacidade total do reservatório maior ou igual a 3 milhões de metros cúbicos;
- III. Reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis;
- IV. Categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas.

2) Quem está sujeito à fiscalização e notificação?

Todas as barragens e reservatórios de acumulação não natural de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e a acumulação de resíduos industriais devem ser cadastrados junto ao IAT – independente da área de espelho d'água, altura ou idade de barramento da represa. Para interferência realizada em um curso hídrico, permanente ou temporário, são necessários o cadastramento em segurança de barragem e o pedido de Outorga de Interferência do Barramento.

3) É necessário o cadastro para os reservatórios que foram feitos fora do curso natural de água?

Nesses casos, em que os reservatórios foram executados fora de um curso natural de água, basta o cadastramento em Segurança de Barragens, caso não possua outorga de captação.

4) Quem fiscaliza essa obrigatoriedade no Paraná?

Compete ao Instituto das Águas do Paraná fiscalizar a segurança das barragens destinadas à acumulação de água para usos múltiplos (exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico). Desta forma, a Portaria 46, de 4 de dezembro de 2018, estabelece a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência.

5) Como proceder a uma notificação de segurança de barragem?

Preencher o formulário do [link](#) enviado na notificação ou solicitar o formulário para FAEP.

6) Quais situações necessitam regularizar?

- Se for construir uma barragem

O empreendedor deve solicitar a outorga prévia do barramento. O IAT vai realizar a análise e emitir um parecer técnico. A partir das informações contidas nos projetos construtivos será realizada uma classificação prévia quanto a segurança com base nas características técnicas da barragem (categoria de risco) e ao dano potencial associado.

Será emitida a portaria de outorga prévia da barragem informando os documentos que o empreendedor deve apresentar para obtenção da outorga de direito.

- Se já existe uma barragem e não tem outorga de barramento

O empreendedor deve solicitar a outorga de direito do barramento. O IAT vai realizar a análise e emitir um parecer técnico. Será realizada a classificação por categoria de risco e dano potencial associado com base nos documentos entregues, especialmente a inspeção de segurança. Pode, a critério técnico, realizar vistoria em campo.

O IAT emitirá a Portaria de Segurança de Barragem, e da outorga de direito do barramento, estabelecendo prazo para que o empreendedor entregue a documentação referente à segurança da barragem.

- Se já tem barragem e outorga de barramento emitida antes de 1º de fevereiro de 2019

O empreendedor deve realizar uma inspeção de segurança. O IAT realizará a classificação por categoria de risco e dano potencial associado com base nos documentos entregues, especialmente a inspeção de segurança. Pode, a critério técnico, ser realizada vistoria em campo.

O IAT emitirá a Portaria de Segurança de Barragem, e nova outorga de direito do barramento, estabelecendo prazo para que o empreendedor entregue a documentação referente à segurança da barragem.

7) Se o empreendedor possui outorga de uso precisa se cadastrar também?

Muitos empreendedores já possuem a outorga de uso, mas a barragem necessita de uma outorga de interferência também.

8) Qual empreendimento está dispensado de outorga?

Receberão dispensas de outorga, de forma automática pelo SIGARH, barragens que possuam volume até 15 mil m³, e espelhos de água até 10 mil m² e altura inferior a 1,5 metro.

9) O produtor será multado se não responder à notificação?

Não será multado desde que respeite o solicitado, considerando o prazo de cumprimento a partir da data do recebimento da notificação, por meio do Aviso de Recebimento (AR).

10) O produtor não reconhece a notificação porque não tem barragem?

Para os casos em que o empreendedor julgue não se tratar de uma barragem, deve realizar o cadastro e utilizar o campo de observação para as justificativas. O IAT fará a análise do caso e entrará em contato, por meio do e-mail informado no cadastro.



Ampliação de cais do Porto de Paranaguá favorece exportações do agro

Obras aumentaram em 140% a capacidade de movimentação no berço 201. Novos investimentos estão previstos

Inaugurada em 22 de setembro, a ampliação do cais do Porto de Paranaguá vai trazer impactos diretos ao agronegócio paranaense. As obras de modernização e ampliação em 100 metros do berço 201 aumentaram em 140% a capacidade atual de movimentação naquele ponto, favorecendo as operações. Para essas intervenções, a Portos do Paraná, empresa pública que administra o terminal, investiu R\$ 201,7 milhões. Além disso, o governo do Paraná autorizou investimentos privados de R\$ 117,7 milhões no porto, o que deve favorecer a ampliação das exportações de açúcar.

“Tudo isso vai aumentar sobremaneira as nossas exportações e melhorar o escoamento da produção. É um berço a mais e vai suscitar a consolidação de um novo corredor de exportações, interligado ao atual, e com capacidade para se desenvolver bastante”, avalia o consultor de logística da FAEP, Nilson Hanke Camargo, que também é membro do Conselho de Administração do Porto de Paranaguá.

A ampliação permite que o berço 201 receba navios maiores, capazes de embarcar até 80 mil toneladas de carga bruta, principalmente de graneis sólidos. Essas embarcações são



Canal de acesso será aprofundado

O canal de acesso do Porto de Paranaguá vai ter sua profundidade aumentada. Na inauguração das obras, o governador do Paraná, Carlos Massa Júnior, assinou o contrato e a ordem de serviço para as obras de derrocamento submarino de um maciço rochoso. Ou seja, a rocha será removida, permitindo o aprofundamento do canal de acesso para 14,6 metros de profundidade. Desta forma, os navios vão poder sair do terminal com um volume maior de carga, além de a navegação e operação do Porto de Paranaguá se tornar mais segura.

“Junto a outros projetos de modernização, como a expansão do corredor exportação de grãos, vamos ampliar a capacidade dos próximos 30 anos, para atender a demanda de crescimento do agronegócio brasileiro”, afirma o governador.

Totalmente custeada pela Portos do Paraná, a obra deve começar dentro de quatro meses, com o investimento de R\$ 23,2 milhões. Segundo a empresa pública, a cada metro de profundidade, o porto ganha a capacidade de operacionalizar mais 7 mil toneladas ou 120 contêineres extras por navio.

consideradas de grande porte e classificadas em uma categoria chamada de Post Panamax. A obra beneficia diretamente o agronegócio do Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina, além do Paraguai.

Além do prolongamento do cais, o berço 201 também recebeu melhorias, como uma nova estrutura eletromecânica, que inclui dois novos *shiploaders* (carregadores de navios), com capacidade de operar 2 mil toneladas por hora. Com isso, a capacidade de movimentação saltou de 2 milhões de toneladas para 6 milhões de toneladas de grãos por ano. Com as obras e os novos sistemas, o Porto de Paranaguá se tornou mais competitivo em relação a outros terminais do país, principalmente nos embarques de produtos do agronegócio.

“A competição entre os portos é muito forte. Estamos a 200 quilômetros dos portos de Santa Catarina e a 400 quilômetros de Santos. Se não for mais competitivo operar por Paranaguá, as empresas migram para outros portos. Por isso é necessário investimento constante”, ressalta o presidente diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Embarques de açúcar

Na inauguração das obras, o governador do Paraná, Carlos Massa Júnior, assinou a autorização para que a empresa Paraná Operações Portuárias (Pasa) aporte investi-

mentos de R\$ 117,7 milhões no complexo que mantém no Porto de Paranaguá. A Pasa utiliza uma área arrendada no terminal e, no fim de agosto, o contrato foi aditado, passando a valer até 2049.

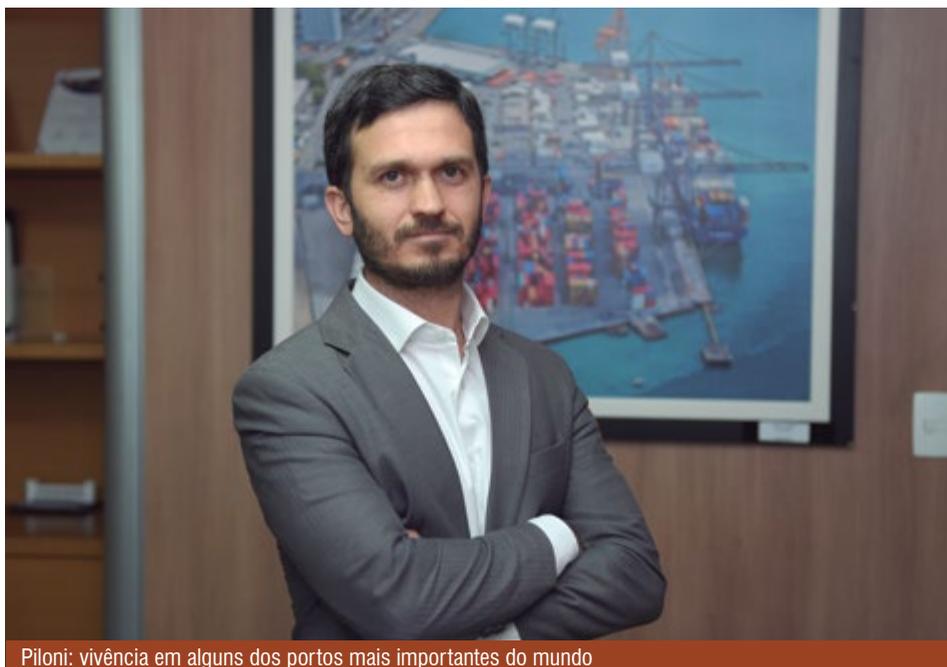
Nesse período, a empresa deve instalar novos equipamentos e construir um novo armazém em seu complexo. Com os investimentos totais, a previsão é de que a capacidade do terminal aumente das atuais 3,6 milhões de toneladas para 6,7 milhões de toneladas por ano. A primeira fase de investimentos deve ser concluída até fevereiro de 2022. Nesta etapa, a Pasa vai construir uma nova linha de embarque, com a instalação de um novo *shiploader*, com capacidade de movimentar 2,5 mil toneladas por hora.

Em uma outra fase, a empresa projetou a construção de um armazém com capacidade para 60 mil toneladas de açúcar ou de 45 mil toneladas de outros grãos sólidos. A expectativa é de que esta infraestrutura esteja pronta até fevereiro de 2023. Os investimentos privados no porto devem contribuir para a ampliação do volume exportado pelo Paraná.

“Isso vai ampliar nossa capacidade de exportação de açúcar para 7 milhões de toneladas por ano, tornando o Porto de Paranaguá um grande terminal exportador de açúcar e de outros produtos”, afirma Miguel Rubens Tranin, diretor-presidente da Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (Alcopar), cujas empresas associadas utilizam o terminal.

Experiência para contribuir com o Porto de Paranaguá

Novo presidente do Conselho de Administração da Autoridade Portuária, Diogo Piloni tem um currículo robusto, que deve ajudar na gestão do terminal paranaense



Piloni: vivência em alguns dos portos mais importantes do mundo

Desde 27 de agosto, Diogo Piloni é o novo presidente do Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Paranaguá – colegiado responsável pela orientação geral dos negócios da empresa pública que administra o Porto de Paranaguá. Apesar de jovem – ele completa 38 anos no fim de outubro –, Piloni tem um currículo robusto, que o credencia ao novo desafio. E ele espera que essa experiência seja decisiva para ajudar no desenvolvimento do principal terminal portuário paranaense.

Além de estar na presidência do Conselho de Administração de Paranaguá, Piloni também é, hoje, secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, vinculado ao Ministério de Infraestrutura. Formado em engenharia civil na Universidade de Brasília (UnB) e com MBA em Gestão e Engenharia Portuária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o especialista também presidiu o Conselho de Administração do Porto de Santos e frequentou cursos

em alguns dos portos mais importantes do mundo, como o de Macau, Roterdã (Holanda) e Antuérpia (Bélgica). Em entrevista ao Boletim Informativo, ele falou dos novos desafios.

BI - Já deu tempo de traçar um diagnóstico do Porto de Paranaguá?

Diogo Piloni – Já venho atuando há mais de 10 anos no setor portuário. Dada a relevância do Porto de Paranaguá, obviamente já o conhecia com profundidade. Entretanto, essa experiência como conselheiro de administração vem me proporcionando condições de ver melhor a empresa por dentro, abrindo novas perspectivas e criando espaço para uma atuação mais direta.

Na sua avaliação, quais devem ser as prioridades e os principais desafios do Porto ao longo dos próximos dois anos?

Os desafios são muitos, como a licitação de áreas com contratos de operação portuária precários, formação de mão de obra compatível com o conceito do Porto 4.0, ganhos de produtividade e melhoria do ambiente de negócios, se tornando ainda mais atrativo para investimentos. Ainda, o convênio de delegação de competências, assinado em agosto de 2019, o primeiro do Brasil, que conferiu à Autoridade Portuária a possibilidade para licitar arrendamentos, celebrar, gerir e fiscalizar contratos. Ou seja, os principais desafios do Porto de Paranaguá nos próximos anos serão no sentido de enfrentar e aproveitar essa nova oportunidade.

Na comparação com a presidência do Conselho do Porto de Santos, o que muda na atuação, agora à frente do Conselho do terminal de Paranaguá?



Ambos são portos de relevância nacional, com características de serem multipropósito, atendendo a uma diversidade de cadeias logísticas e com relevância especial para o agronegócio. Aliás, são os dois portos mais importantes para o agro no Brasil. No ano de 2019, Paranaguá movimentou 24,78 milhões de toneladas de grãos sólidos vegetais, enquanto Santos, no mesmo período, movimentou 55 milhões de toneladas.

A liderança nacional também ocorre na movimentação de contêineres. No primeiro semestre de 2020, ambos movimentaram, juntos, 32,7 milhões de toneladas em contêineres, sendo 25,8 milhões de toneladas em Santos e 6,9 milhões de toneladas, em Paranaguá.

Por outro lado, há sempre peculiaridades de cada uma das empresas portuárias. Culturas de gestão dife-

rentes, *stakeholders* específicos, que precisam ser ouvidos e compreendidos para melhor atendimento das demandas. Portanto, há sempre um grande desafio em assumir a responsabilidade de conduzir um conselho de administração de uma empresa portuária, especialmente do porte e importância da Portos do Paraná.

O fato de o senhor ser secretário nacional de portos pode trazer algum benefício a Paranaguá, no sentido de estar mais próximo do cotidiano deste terminal?

Conforme definido na Lei das Estatais Lei 13303/2013, todos os conselheiros devem comprovar experiência e formação compatíveis com a área de atuação da empresa. Portanto, com 10 anos de atuação no setor, do quais quase dois deles à frente da Secretaria, espero contribuir para o

crescimento do porto, buscando trazer as melhores práticas dos setores portuários brasileiro e mundial para Paranaguá.

O senhor frequentou cursos em alguns dos portos mais importantes do mundo. Que experiência acumulou que pode ajudar no Paraná?

Conhecer outros portos é uma forma muito interessante de aprender. A experiência de visitar outras realidades abre nosso horizonte e nos enriquece profundamente. Avaliar o que temos de bom e onde podemos melhorar, conhecer novas tecnologias e mecanismos de gestão, discutir desafios e realidades diferentes, tudo isso nos qualifica para enfrentar melhor nossos próprios desafios. O setor portuário brasileiro é extremamente dinâmico e moderno, mas ainda há muito espaço para desenvolvimento.

Dilema do trigo passa por preço, investimento e mercado

Produto marca alta histórica da cotação este ano, mas continua sem pagar as contas

Por André Amorim

O trigo bateu recordes de preço, marcando uma posição diferente da qual estava habituado o triticultor paranaense, que nesta temporada pode sonhar com algo que não vê há muito tempo na cultura: rentabilidade. Apesar dos maus auspícios de São Pedro, como a estiagem generalizada e a geada que atingiu algumas lavouras na reta final de desenvolvimento nas regiões Oeste e Sudoeste, os indicadores apontam para uma colheita de 3,3 milhões de toneladas, volume 55% superior ao da safra anterior. Mas o que enche mesmo os olhos dos triticultores é o preço.



Nesta temporada, o dólar valorizado permitiu que as cotações do cereal atingissem valores expressivos em real, com a saca comercializada no Paraná chegando ao pico de R\$ 77 em maio (preço do mercado de lotes medido pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada [Cepea]. O valor pago no mercado de balcão pela Secretária Estadual de Agricultura e Abastecimento [Seab] é um pouco menor). Apenas para efeito de comparação, no mesmo mês de 2019 a saca do cereal estava na casa dos R\$ 50, segundo o mesmo levantamento do Cepea.

Segundo a técnica do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP Ana Paula Kowalski, essa alta nos preços se explica por dois fatores. “Tivemos uma quebra severa na safra anterior que reduziu os estoques. De outro lado, temos um dólar valorizado, o mundo demandando trigo e alguns países exportadores retendo mais seus estoques, já que se trata de um produto estratégico para segurança alimentar”, analisa.

Nos últimos meses, alguns outros fatores têm sustentado os preços, como o plantio abaixo do inicialmente projetado na Argentina (de 6,8 milhões de hectares para 6,5 milhões de hectares) e também perdas nas áreas implantadas, ambos motivados pela seca. No Paraguai, as perdas pela seca também ocorreram e, no Paraná e Rio Grande do Sul, as geadas reduziram as expectativas de produção.

Esse conjunto de fatores (clima, demanda aquecida e dólar valorizado) proporcionou um cenário incomum e bastante positivo aos tricultores do Paraná, Estado que concentra a maior produção do país. Mas ainda parece insuficiente para que o cereal ganhe o espaço que merece nos planos dos agricultores paranaenses, que após décadas de preços baixos, vão paulatinamente desistindo da cultura.

Dilema em campo

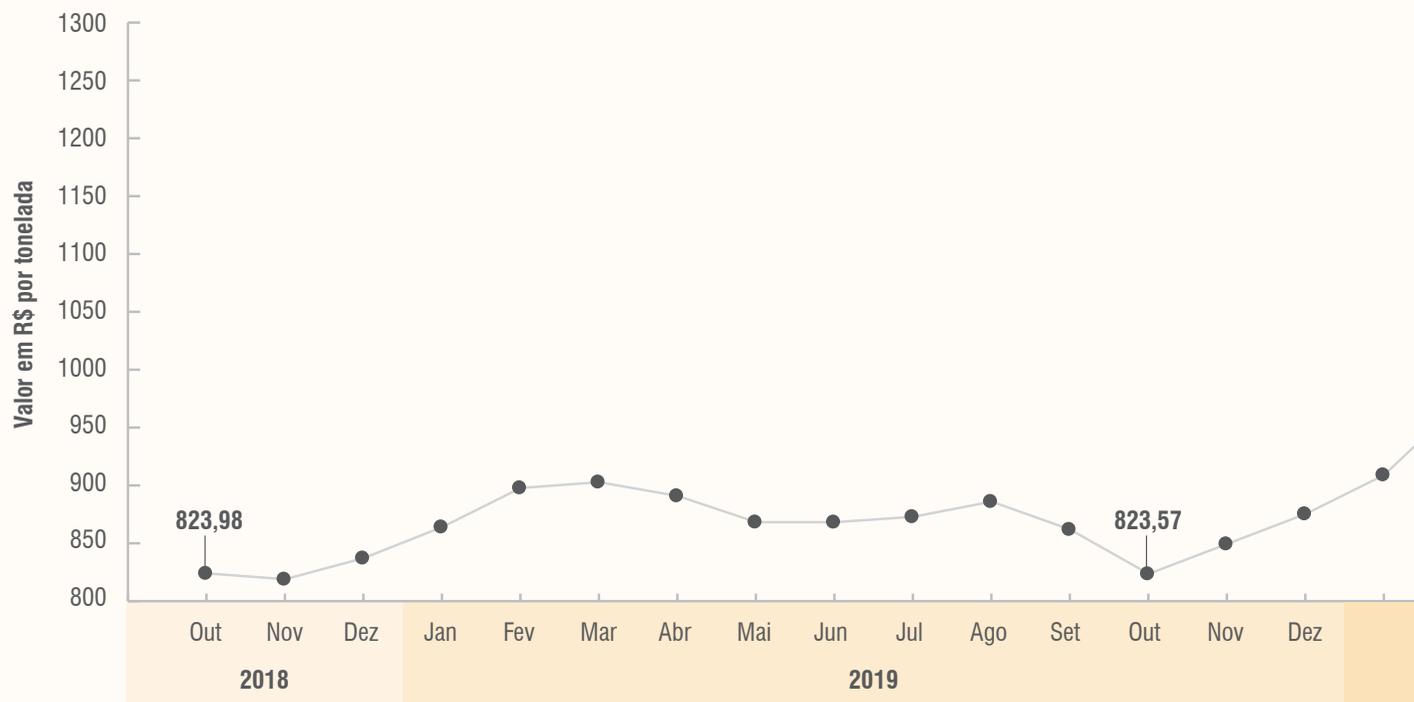
De acordo com os dados do projeto Campo Futuro, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a cultura do trigo dificilmente se paga quando analisada isoladamente. Na maioria dos casos, ela atua em parceria com outras culturas de verão, estabelecendo uma alternância muito positiva do ponto de vista agrônomo.

No levantamento de 2020, que analisou Cascavel (Oeste), Guarapuava (Centro Sul) e Castro (Campos Gerais), para pagar o Custo Operacional Efetivo (COE) da cultura, que computa os gastos imediatos do cultivo, como aquisição de insumos, tributos, seguro rural, serviços, entre outros, o preço da saca deve estar próximo dos R\$ 60. Vale lembrar que existem diferenças entre as praças analisadas pelo Campo Futuro.

Ocorre que, mesmo diante de um cenário de preços bons, o tricultor paranaense conseguiu pagar o COE em apenas duas das três regiões pesquisadas. Destas, apenas na região de Castro, a receita do cereal conseguiu pagar também o Custo Operacional Total (COT), que considera a depreciação dos equipamentos. Em nenhum cenário a receita do trigo paga o Custo Total de Produção (que inclui a remuneração do capital investido e o custo da terra).

Cereal valorizado

Preço médio do trigo no Paraná - Cepea/Esalq



Decepção e desistência

A baixa rentabilidade proporcionada historicamente pelo trigo no Paraná tem levado muitos produtores a desistirem da cultura. Com exceção desta temporada, em que ocorreu um aumento de 10% na área de produção (que em muito se explica pela impossibilidade de plantar o milho safrinha em algumas regiões), é possível notar uma oscilação e até mesmo uma redução gradativa ano após ano. Muitos daqueles que se mantêm na atividade sequer contam com a renda, utilizando o trigo apenas na rotação de culturas.

“Plantei trigo por cerca de 40 anos, mas não planto mais. É uma cultura interessante, histórica, bíblica, emocionante. O que falta são condições boas para produzir”, observa o produtor Anton Gora, de Guarapuava. Segundo ele, que hoje dedica suas lavouras de inverno a outras culturas, como feno e centeio, não vale à pena retornar ao trigo nas condições atuais. “O preço que os moinhos oferecem fica abaixo do custo de produção”, analisa. Este cenário não estimula grandes investimentos na cultura. “Como não vai ter bom preço mesmo, quem planta não pensa em investir muito, joga a semente na terra e vê no que vai dar”, observa.

Assim como Gora, muitos agricultores também desistiram da cultura por falta de boas condições de comercialização. “Temos tecnologia disponível, terra, mão de obra, tudo para produzir. O Brasil precisa desse trigo, mas falta esse cuidado do governo em nos dar condições de produção”, lamenta.

Sintonia produtiva

Do ponto de vista do consumo, o volume de trigo plantado no Paraná não atende à demanda. “Nossa indústria consome todo o trigo paranaense e ainda precisa importar, pois o volume produzido é insuficiente”, afirma Daniel Kümmerling, presidente do Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do Paraná (Sinditrigo). “Este ano em que a tendência é de bastante trigo e de boa qualidade, a liquidez do produtor é certa”, garante.

Na opinião de Kümmerling, também produtor rural, é possível verificar uma “revolução no campo”, na qual o tricultor teria percebido que investimentos na lavoura se reverteriam em rentabilidade. “Hoje, as variedades em campo no Paraná são 100% de interesse da indústria”, afirma.

A aderência destes dois setores, segundo ele, se manifesta na disposição do parque moageiro do Estado. Dos 67 moinhos existentes, a maioria está no interior, ao lado da produção agrícola. “A cadeia produtiva do Paraná é muito completa, temos desde empresas de defensivos, empresas de sementes, cooperativas e cerealistas”, observa.

Kümmerling nota uma mudança na cultura do trigo no Estado nos últimos 10 anos. “A chave foi o diálogo entre moinhos, produtores rurais, câmaras setoriais e cerealistas. Todos entendendo que para entregar um trigo de qualidade é preciso fazer investimento. O tricultor percebeu que quando o trigo é bom, ele tem interesse da indústria”, observa.



Trigo tipo exportação

Na visão do embaixador Rubens Barbosa, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), o que falta para organizar esta cadeia produtiva é vontade política e maior articulação por parte do setor produtivo. “O trigo deveria ser plantado de acordo com a demanda. Os plantadores devem saber o que a indústria necessita, pois não compra qualquer coisa. É papel dos plantadores conversarem com a indústria para saber da demanda”, avalia.

Segundo Barbosa, nossa dependência do trigo importado é enorme, chegando a 60% da demanda nacional. “O trigo é o único grão que o país importa, mesmo sendo essencial e estratégico”, analisa. Na opinião do dirigente, a produção brasileira deveria ser maior para garantir o abastecimento. “Por que o Paraná não pode pensar em uma produção maior e exportar uma parte da safra?”, questiona.

Hoje, o maior fornecedor de trigo para o Brasil é a Argentina, que atualmente enfrenta uma estiagem severa que pode comprometer boa parte da sua produção. Para estimular a expansão da produção nacional, a Abitrigo encaminhou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) uma proposta para ampliar a produção do cereal em novas áreas brasileiras, como o Norte do Cerrado e a Bahia. “Dentro do ciclo de expansão da agricultura brasileira, o trigo ficou para trás”, analisa.



Por Ana Paula Kowalski
Técnica do DTE
Sistema FAEP/SENAR-PR

Temporada atípica para o trigo

O momento nunca foi tão favorável para o cultivo do trigo. O preço médio é de R\$ 65 por saca em plena colheita, o maior da série histórica da Seab. Isso mesmo no auge de 63% da área paranaense colhida e com uma produção de 3,3 milhões de toneladas, um aumento de 55% em relação à safra passada.

A combinação de fatores que nos levou a este cenário não é simples. Primeiro tivemos o efeito da pandemia no aumento da demanda das famílias por derivados de trigo. Esse aumento refletirá em um consumo de quase 12,5 milhões de toneladas de trigo nesta safra 2020 que está sendo colhida, o maior da série histórica da Conab. Daqui para frente temos um fator ainda positivo para a demanda por macarrão por conta do aumento do preço do arroz. Um produto costuma substituir o outro na preferência do consumidor.

A queda de 25% na produção da safra 2019 no Paraná, principal produtor nacional, também contribuiu para uma menor disponibilidade de trigo no Brasil. Para suprir a demanda de consumo no mercado interno, foi preciso importar mais. Aqui reside o terceiro fator de alta. O real vem sofrendo uma forte desvalorização em 2020. A taxa de câmbio nesse momento está acima de R\$ 5,60 e trazer trigo de fora está mais caro.

Ainda que a tendência esperada seja de melhora do cenário da pandemia e de responsabilidade nas reformas que correm no Executivo e Legislativo, as perspectivas para os preços de trigo ainda são boas. O plantio na Argentina acabou ficando abaixo do inicialmente projetado e também ocorreram perdas nas áreas implantadas em função da seca. No Paraguai, as perdas pela seca também foram registradas e no Paraná e Rio Grande do Sul, as geadas também reduziram as expectativas de produção, apesar da recuperação em relação ao ciclo passado.



Um século de melhoramento do trigo no Brasil

Cereal com longa trajetória na história da humanidade, o trigo sofreu várias mudanças para que fosse domesticado e pudesse ser cultivado nos mais variados tipos de solo e clima. Desta forma, os cultivares que se plantam hoje no Brasil não são os mesmos que há 30 anos. Ao longo do tempo novas variedades surgiram trazendo tecnologias que buscam, entre outros atributos, maior resistência e produtividade.

A rigor, o melhoramento genético do trigo brasileiro começou há mais de um século. Em 1919, frente a necessidade de garantir alimento barato à população, o governo criou as primeiras estações experimentais para o estudo do cereal, sendo a primeira em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, e a segunda em Ponta Grossa, no Paraná.

De acordo com **Eduardo Caieirão**, pesquisador da Embrapa Trigo, os primeiros cultivares desenvolvidos não seriam adequados, pois eram muito altos e suscetíveis a diversos tipos de estresse. “O esforço do melhoramento teve um impulso muito forte a partir da década de 1990, quando houve a privatização do trigo no Brasil”, afirma, referindo-se à extinção da Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN), órgão público que fiscalizava e controlava os preços do trigo e da farinha. “A partir daí o trigo não era totalmente comprado pelo Estado e critérios de qualidade passaram a ser mais relevantes. Então, as empresas

de melhoramento passaram a dar uma atenção maior ao aspecto de qualidade tentando identificar trigos que atendessem melhor à demanda nacional”, explica Caieirão.

Hoje, o pesquisador da Embrapa Trigo garante que existem cultivares nacionais para atender a qualquer produto demandado pela indústria, e mais. “Temos potencial de dobrar a produção só com a genética disponível”, afirma. Segundo ele, existem cultivares com potencial de produção de seis toneladas por hectare, enquanto que a média dos Estados produtores é metade atualmente. “Não precisa fazer milagre para a receita crescer na lavoura, basta utilizar o potencial genético do trigo”, diz.

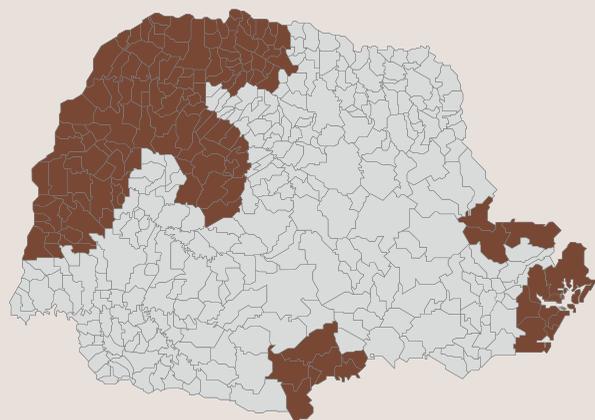
Mas se é tão fácil assim, por que o produtor não utiliza todo esse potencial? “Porque tem diferentes aplicações e tecnologias. A amplitude de situações é muito grande. Muitas vezes as tecnologias desenvolvidas na pesquisa sequer chegam ao produtor”, explica Caieirão.

Algumas destas novas variedades estão obtendo ótimos rendimentos (as tais seis toneladas por hectare) na região Central do Brasil. “Produzir trigo na região Sul é muito mais desafiador, por conta do clima”, explica Caieirão. Nas lavouras desenvolvidas em Goiás e na região do Cerrado, a produtividade é grande, mas os custos também sobem, uma vez que é necessário irrigar os trigais. “Onde o trigo é irrigado, a estabilidade é muito grande, pois se coloca água somente quando precisa e os rendimentos vão lá para cima. Mas existe o aumento no custo”, observa.

PARANÁ

ONDE SE PRODUZ

Mandioca



O Brasil é o quarto maior produtor de mandioca do mundo, respondendo por 7,25% da produção mundial, atrás de Nigéria, Tailândia e Indonésia. O Paraná, por sua vez, é o maior produtor nacional de fécula. E esse estudo fez um mapeamento do território estadual das microrregiões produtoras de mandioca durante o período de 1999 até 2018. O material determina as mudanças na dinâmica espacial da cultura no Paraná.

Nesse período, houve redução no número de microrregiões especializadas na produção de mandioca, passando de 11 no período de 1999 a 2003 para nove entre 2014 a 2018. As mudanças na cultura se deram por diferentes variáveis.

Nas regiões de Paranavaí e Umuarama, o crédito rural (Pronaf e Pronamp) teve maior influência no estabelecimento da cultura. Já nas microrregiões de Toledo, Campo Mourão, Capanema e Astorga, a maior produtividade e a mecanização da cultura tiveram mais impacto.

Segundo características produtivas de cada região, o estudo dividiu as regiões em quatro grupos. No grupo um, a região de Paranavaí registra uma maior concentração de fábricas e a maior concentração de indústrias processadoras de raiz.

O grupo dois, por sua vez, envolve as regiões de Umuarama e Cianorte, tendo como características principais a alta participação no crédito rural e elevado número de fábricas.

Enquanto isso, o grupo três é formado pelas microrregiões de Astorga, Campo Mourão, União da Vitória, Cerro Azul e Paranguá, onde predominam a especialização no cultivo da mandioca, porém com pouca representatividade da quantidade de fábricas.

O quarto grupo é formado pela microrregião de Toledo, sendo a moderada participação do crédito e a baixa quantidade de fábricas as principais características. Contudo a região se destaca com a maior produtividade dessa cultura e, mais que isso, se mantendo estável ao longo dos anos.

Essa trajetória reforça a importância dos investimentos em tecnologia como fator determinante no desenvolvimento da cadeia produtiva da mandioca.

Estudo completo

Esta série fez um breve relato com alguns dos destaques dos estudos promovidos pelo IDR-PR, com o apoio da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), sobre as principais culturas do Estado e os locais por onde estão distribuídas. Os textos trataram de soja e milho, laranja, leite e café, além da mandioca. Para ler uma versão dos estudos com mais detalhes, aponte seu celular para o QR Code abaixo.



O ÚLTIMO FARAÓ

Filho de Júlio César e de Cleópatra ascendeu ao trono aos três anos de idade, mas morreu jovem, após despertar o temor de Roma





A ardilosa e sedutora Cleópatra VII governava o Egito em 47 antes de Cristo (a.C), quando deu à luz a um menino. Logo, ela e o bebê foram convidados pelo imperador de Roma, Júlio César, a se mudar para a capital do império. O convite, é claro, tinha um motivo. Cleópatra assegurava que o recém-nascido era filho de César. O nome da criança: Ptolemeu XV Filópator Filômetor Cesarião, considerado o último faraó do Egito. Em latim, Cesarião quer dizer “pequeno César”.

Segundo historiadores, César era amante de Cleópatra havia mais de um ano e o imperador só não se casou com ela porque as leis de Roma não reconheciam a união de um cidadão com uma não-romana. Apesar de ter levado Cleópatra e Cesarião à sede do império, César manteve um papel de ambiguidade em relação à paternidade. Por um lado, permitiu que o menino usasse seu nome. Por outro, nunca reconheceu o recém-nascido oficialmente como filho. Àquela altura, Otaviano, sobrinho de César, havia sido adotado pelo imperador como seu herdeiro.

Ao mesmo tempo, apoiadores do imperador começaram a fazer circular em Roma panfletos que tentavam comprovar que César não era o pai de Cesarião. Nessa atmosfera dúbida, Cleópatra e o filho permaneceram em Roma como convidados oficiais do imperador por dois anos. Eles teriam ficado na capital do Império por muito mais tempo, mas em 44 a.C. um grupo de senadores conspirou contra o imperador e o assinaram a facadas, em pleno Senado – conforme o historiador Eutrópio, cerca de 60 homens participaram da execução, desferindo um total de 23 golpes contra César.

Com o assassinato de César, Cleópatra tomou o filho e, na calada da noite, bateu em retirada, voltando ao Egito. Já no ano seguinte, aos três anos de idade, Cesarião foi proclamado co-gerente do trono egípcio, o que fazia do menino um faraó. Com a morte de César, Cleópatra acabou se casando com o general romano Marco Antônio, que havia sido o braço direito do imperador.

Com a união, o Egito retomou importância política. Convencido por Cleópatra, Marco Antônio deflagrou um conjunto de medidas que ficaram conhecidas como Doações de Alexandria – que eram a transferência de terras do império ao nome de Cesarião. Com os novos domínios, aos 13 anos de idade, Cesarião foi nomeado “rei dos reis”, por Cleópatra e Marco Antônio.

O título dado ao jovem faraó, no entanto, despertou a ira de Roma, que passou a considerar Cesarião uma ameaça. Três anos depois, após uma sangrenta batalha, lideradas por Otaviano, as legiões romanas invadiram o Egito. Para tentar salvar o filho, Cleópatra o colocou em uma embarcação no Mar Vermelho, com destino à Índia. Em seguida, a rainha do Egito se suicidou – conforme historiadores, ela inoculou uma pomada tóxica, furando-se com um grampo de cabelo.

Segundo o historiador Plutarco, após a morte de Cleópatra, Cesarião foi persuadido por seu tutor, Teodoro, a retomar o trono do Egito. Tudo, no entanto, fazia parte de uma conspiração: ao chegar a Alexandria, o último faraó foi preso e executado por ordem de Otaviano. O filho biológico de Júlio César morria pelas mãos do filho adotivo do legendário imperador de Roma.

Embaixadores do agronegócio

Adidos agrícolas facilitam as negociações internacionais com diversos países e ajudam a posicionar o Brasil como um dos maiores fornecedores de alimentos do mundo

Por André Amorim, Antonio C. Senkovski e Bruna Fioroni





Nas últimas décadas, o mundo se tornou uma rede complexa de relações comerciais entre diversos países. Esse movimento de aceleração da globalização econômica foi decisivo para o Brasil se tornar um dos maiores fornecedores de alimentos do mundo. Só que vender ao exterior é mais complexo do que fornecer aos mercados locais. É nesse ponto que entram os chamados adidos agrícolas, espécie de representantes do agro brasileiro no mundo (ver mais nas páginas 20 e 21).

Para entender essa mudança de percurso que ocorreu na agropecuária brasileira e a contribuição dos adidos nesse panorama, é preciso voltar ao Brasil da segunda metade dos anos 1990. O ranking de venda ao exterior do agro naquela época era formado por complexo soja, produtos florestais, café, complexo sucroenergético, fumo e carnes. A movimentação total chegava a US\$ 23,3 bilhões. Após mais de 20 anos, em 2019, o valor deu um salto de 314% e bateu US\$ 96,8 bilhões. O complexo soja se manteve na liderança, seguido por carnes, produtos florestais, milho, complexo sucroenergético, café, fibras e produtos têxteis. Somente as carnes, por exemplo, movimentaram US\$ 1,5 bilhão em 1997, com salto para US\$ 16,6 bilhões em 2019 (+947%). A soja também cresceu significativamente, de US\$ 5,5 bilhões para US\$32,6 bilhões (+486%). Tudo isso com participação direta do Paraná, maior produtor de frango do país, um dos maiores de suínos e o segundo maior de soja.

Para consolidar essa reviravolta foi preciso gastar muita sola de sapato, papel de passaporte e investimento financeiro por parte de entidades representativas de produtores rurais e de outros elos da cadeia produtiva. Muita energia foi despendida para o Brasil figurar como importante *player* nas negociações internacionais. A união do setor produtivo priorizou duas frentes: fazer os ajustes necessários internamente, da porteira até o porto; e concretizar os negócios lá fora.

Diagnóstico do cenário

Nesse sentido, é preciso olhar para o papel de entidades como a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), que sempre acompanhou de perto as negociações para o acesso a novos mercados. Muitos dos levantamentos, relatórios, reuniões e negociações que abriram portas às empresas do Estado tiveram como pontapé inicial prospecções feitas sob a batuta da entidade.

Antonio Poloni, hoje assessor da FAEP, ocupou a função de secretário estadual de Agricultura e Abastecimento nos anos 1990. Segundo ele, aquele foi um período intenso, de derrubada de barreiras sanitárias, promoção dos produtos agropecuários brasileiros e de conquista de novos mercados. Tudo isso por meio de missões, viagens e reuniões, muitas delas com a presença da FAEP. Em algumas ocasiões, no entanto, as comitivas brasileiras encontravam problemas em abrir portas ao diálogo.

“Em uma das viagens, estivemos na União Europeia. Fizemos uma reunião com 40 importadores de soja na embaixada do Brasil, em Paris [França]. Tivemos dificuldade de condução desse processo porque, até então, não tinha um representante brasileiro do agronegócio na embaixada. A partir de troços, acendeu a necessidade de apoio, alguém que nos ajudasse a organizar esse processo, para que as viagens e contatos gerassem ainda mais resultados”, lembra Poloni.

Necessidade de mudança

Com base nisso, a FAEP foi protagonista em colocar em pauta a necessidade de mudar a forma de diálogo do agronegócio brasileiro com outros países. O tema foi colocado ao governo brasileiro oficialmente em uma reunião entre a entidade paranaense e Reinhold Stephanes, então ministro da Agricultura (gestão 2007/10).

“Quase todos os ministros que me antecederam tentaram, mas a reação do Itamaraty era muito forte. Quando

eu assumi o ministério, pensei: ‘agora é o momento’. Mas tive que convencer o presidente da república, afinal eu estava criando uma nova carreira”, recorda Stephanes.

Na década de 1970, quando Stephanes trabalhou em Brasília como funcionário do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), já havia identificado que os principais países com quem o Brasil mantinha relações tinham adidos agrícolas nas respectivas embaixadas. “Ainda não éramos essa potência agrícola que somos hoje, mas eu questionava por que a gente não tinha adidos”, lembra.

Decreto publicado

A função de adido agrícola foi aprovada pelo Decreto 6.464, publicado no Diário Oficial da União, em maio de 2008, após negociação entre o Mapa, por meio da Secretaria Executiva, e o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Os adidos surgiram apenas em 2011, mas logo começaram a ajudar o agronegócio brasileiro. Em 2010, antes de esses profissionais colocarem a mão na massa, o Brasil movimentou US\$ 76 bilhões em produtos do agro. Já em 2011, o resultado foi de US\$ 94 bilhões, aumento de 24%.

“Criamos num primeiro momento 12 [adidos]. Hoje são 24. Isso significa que os ministros que me sucederam viram que se trata de algo importante”, avalia Stephanes. “A partir da criação dos adidos agrícolas, a coisa mudou completamente. Fomos em uma missão à Rússia e quem organizou a nossa agenda, fez os contatos, foi o adido. Até porque eles são pessoas de carreira, que conhecem a fundo o agro brasileiro e mergulham na cultura, hábitos, especificidades de consumo, conjuntura econômica e outros detalhes locais importantes às negociações. É uma referência no exterior que nós temos. Foi uma das grandes vitórias com a participação da FAEP”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Países com adidos agrícolas brasileiros

Saiba onde estão esses profissionais e quais as principais oportunidades para o agronegócio brasileiro em cada país.



Olhos dos adidos

A FAEP participou do 2º Encontro dos Adidos Agrícolas Brasileiros, em setembro deste ano, com os adidos. Ao todo, 21 profissionais fizeram resumos dos principais assuntos em discussão envolvendo produtos do agronegócio nos países em que atu-

am: Rússia, África do Sul, Canadá, China, Cingapura, Tailândia, Peru, Itália, Colômbia, Bélgica, Estados Unidos, México, Coreia do Sul, Indonésia, Japão, Argentina, Vietnã, Marrocos, Egito, Reino Unido e Índia.

Luiz Eliezer Ferreira, técnico do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP, que acompanhou os encontros com cada adido, tratou de pontos



*No total, são 22 países e 24 adidos, pois Bruxelas e Pequim possuem dois cada um.

Fonte: Mapa

centrais da relação do Paraná com os países, além de avaliar oportunidades e prospectar novos negócios. “Nosso interesse maior foi construir uma visão panorâmica das nações, com as principais dificuldades para acessar os mercados, possíveis adequações que nossa cadeia produtiva precisa promover, além de oportunidades para o agro paranaense”, explica Ferreira.

Apetite asiático

O continente asiático tem uma alta demanda pelos produtos do agronegócio nacional. O principal parceiro comercial, a China, é destino de 44% de tudo que o Paraná exporta. Apesar disso, os compradores chineses têm uma pauta pouco diversificada, centrada no complexo soja, carnes e

produtos florestais. Mesmo assim, é um país estratégico do ponto de vista comercial.

Depois de enfrentar uma crise sanitária com focos de Peste Suína Africana e, posteriormente, ter sido o epicentro da pandemia do novo coronavírus, o gigante asiático foi às compras para repor seus estoques de alimentos. Isso fez diversos produtos

da pauta de exportação brasileira baterem recordes de embarques neste ano. As exportações de açúcar, por exemplo, cresceram 3.000% nos primeiros oito meses de 2020, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Do outro lado do Mar Amarelo está a Coreia do Sul, quinto principal cliente do Paraná. Com uma pauta de importação centrada no farelo de soja e nas carnes, 80% das importações coreanas de frango vêm do Brasil. Uma grande oportunidade que se reserva ao agro paranaense neste mercado é a provável liberação do comércio de suínos após o Estado obter o certificado internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. Hoje, a Coreia importa este tipo de carne apenas de Santa Catarina, único Estado brasileiro que possui este *status* sanitário.

Trata-se de um mercado significativo. A Coreia do Sul é o terceiro maior

importador de carne suína do mundo, além de ser um mercado que paga bem por produtos que se enquadram na qualidade demandada. Segundo o adido brasileiro no país asiático, Gutemberg Barone, apesar de ser bastante exigente nos critérios sanitários, a Coreia do Sul tem uma situação pior do que a do Brasil internamente. “Não tem nem *status* reconhecido junto à OIE [Organização Mundial da Saúde Animal], mas cobram dos outros”, explica. Além disso, nos últimos anos houve casos de febre aftosa nos rebanhos coreanos, que levaram as autoridades a sacrificar milhões de animais.

Segundo Barone, existem as oportunidades para abertura de novos mercados na Coreia do Sul para queijos, sorvetes e também para tilápia, setor em que o Paraná se destaca como maior produtor nacional.

Ao seguir mais para o Sul no continente asiático, o Vietnã aparece como 22º maior parceiro comercial

do Paraná, com demanda centrada no complexo soja e na carne suína, que tem no Brasil seu principal fornecedor. Recentemente, o país habilitou duas plantas paranaenses para o fornecimento de aves, sendo uma em Cascavel (Oeste) e outra em Jaguapitã (Norte).

Entre 2019 e 2020, nossas exportações de carne suína para os vietnamitas cresceram 316%, passando de US\$ 6 milhões para US\$ 25 milhões. A explicação está em um surto de peste suína africana que reduziu os rebanhos daquele país. Atualmente, está sendo negociada a entrada de bovinos vivos e melões brasileiros no mercado vietnamita.

África das oportunidades

As oportunidades de negócio para o continente africano estão concentradas, especialmente, nos dois extremos do continente. No Nordeste,

Algumas conquistas por meio de atuação dos adidos



Egito

- Abertura do mercado egípcio para produtos lácteos e reprodutores caprinos e ovinos.



Índia

- Aprovação de certificados sanitários para ovos, suínos vivos para reprodução, e carne suína; e atualização do certificado sanitário para carne de frango, com primeira exportação para a Índia realizada em 2019.



União Europeia

- Negociação com a UE para o avanço na retomada do acesso regular ao mercado europeu das carnes bovina, de aves e suína do Brasil.



Indonésia

- Abertura de mercado indonésio para a carne bovina brasileira, com potencial de mercado no curto prazo estimado em cerca de US\$ 200 milhões, com 50 mil toneladas a serem exportadas anualmente.



Coreia do Sul

- Retirada de barreiras, manutenção, ampliação e abertura do mercado para produtos do agronegócio brasileiro, tais como carne suína, carne de aves, carne bovina, lácteos, pescados, soja, milho, café, açúcar e frutas.



África do Sul

- Abertura para as exportações brasileiras de mangas, colágeno e farinha de sangue (aves).

o Egito já é um parceiro comercial consagrado do Paraná – 26º principal comprador de produtos paranaenses. Em uma de suas missões internacionais, em 2019, a própria ministra da Agricultura, Tereza Cristina, esteve no Cairo para conversar com autoridades locais sobre possibilidades de novos negócios. Há a expectativa, inclusive, da abertura aos lácteos brasileiros.

Um dos maiores interesses dos egípcios está na importação de carnes. O frango paranaense é bastante competitivo na terra das pirâmides, mesmo havendo uma taxação de 30% para as operações envolvendo o alimento. Outro destaque nas proteínas animais é a demanda por bovinos vivos, para serem abatidos internamente seguindo as tradições culturais locais. Negócios nessas áreas têm especial potencial de crescimento a partir do reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação pela OIE.

Na Costa Noroeste da África, o Marrocos desponta com potencial de gerar novos negócios, principalmente pelo seu ritmo firme de crescimento entre 3% a 4% ao ano. Apesar de ser apenas o 90º na pauta de exportações do Paraná, há oportunidades em produtos de maior valor agregado. Rações para animais de companhia, frutas frescas e cafés especiais estão no radar dos marroquinos. Com forte vocação turística e uma classe média emergente, itens mais sofisticados de alimentação têm tido forte pressão na demanda pelo país.

No Extremo Sul do continente africano, a África do Sul é o 30º principal comprador de produtos paranaenses, com destaque para as proteínas animais. Pesa contra, no entanto, o protecionismo. O frango brasileiro, por exemplo, precisa pagar tarifa de 62% para ingressar no país. Há uma negociação em curso para promover acordos de livre comércio entre o Mercosul

e a União Aduaneira da África Austral, que une outros quatro países (Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia), que pode abrir portas para novos negócios.

Europa e América do Norte

Com a assinatura do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, o agronegócio paranaense concentra expectativas em uma grande oportunidade para ampliar as exportações. Com a política de cotas e tarifas zero sobre 81,8% dos produtos agropecuários exportados pelo Mercosul, a estimativa é de que se abram mais portas para as proteínas animais, etanol e açúcar paranaenses. Em contrapartida, em um primeiro momento, os lácteos podem sofrer com o aumento das importações pelo Brasil. Após as fases de revisão jurídica e tradução, o acordo deve ser enviado para discussão entre os países-membros ainda



Canadá

- Negociações para abertura do mercado de carne bovina e suína *in natura* e atuação na promoção comercial de produtos do agronegócio como os cafés especiais e as frutas brasileiras.



Tailândia

- Habilitação de estabelecimentos brasileiros para exportar subprodutos de origem animal para a Tailândia e negociação de certificados sanitários e missão sanitária para abertura de mercado para carnes para o Laos.



Arábia Saudita

- Reconquista da confiança das autoridades sauditas nos sistemas de controle do Mapa (após os episódios das operações

“Carne Fraca” e “Trapaça”) e finalização da longa negociação com a Saudi Food and Drug Authority para renovação dos modelos de Certificado Sanitário Internacional para as exportações brasileiras de carne de aves e carne bovina.



Marrocos

- Estabelecimento de contatos e encaminhamento de propostas de modelos de Certificados Sanitários e Zoossanitários Internacionais para exportação do Brasil ao Marrocos de pescado, mel, bovinos vivos, sêmen bovino, embriões bovinos, ração e ingredientes para ração de animais de companhia, ovos de galinha e pintos de um dia.

Fonte: Mapa

em outubro deste ano. A previsão é que seja ratificado até o final de 2021.

Com a saída do Reino Unido da União Europeia, parte das expectativas se voltam aos britânicos. O setor de frutas desponta como uma grande oportunidade, assim como produtos regionais, orgânicos e com certificação sustentável. Ainda, há movimentação para abertura de mercado para carne suína, pescados, lácteos e ovos por meio de *prelisting*, ou seja, listas pré-autorizadas de estabelecimentos exportadores. Para os britânicos, a principal variável de compra é o preço, principalmente em relação às carnes.

Na América do Norte, o México aparece como 23º parceiro comercial dos paranaenses, com destaque para produtos florestais, seguido pelo complexo soja e carnes. No final do ano passado, o arroz brasileiro fez sua estreia no mercado mexicano, que domina a importação do produto na América Latina – o país compra mais de 800 mil toneladas de arroz por ano, o que corresponde a 80% do que são consumidos pelos mexicanos. Para a exportação do cereal pelo Brasil, há uma cota de 150 mil toneladas com tarifa entre 7,2% e 16,8%. O feijão também possui uma alta demanda de consumo no México, o que

representa uma oportunidade interessante para o Paraná, maior produtor nacional do grão.

Ao Norte da fronteira, está o 2º maior comprador do Paraná, os Estados Unidos, cujas importações são centradas em produtos florestais, principalmente madeira, e café. De janeiro a agosto deste ano, as exportações paranaenses para os norte-americanos totalizaram US\$ 513 milhões. Em relação à possibilidade de um acordo com o Mercosul, além da necessidade de pressão de empresas dos setores privados, há uma dependência muito grande do interesse político do Congresso norte-americano.



Principais atividades dos adidos

- melhorar condições de acesso de produtos do agro brasileiro nos mercados dos países e regiões em que atuam;
- prospectar novas oportunidades de negócio;
- fazer relatórios com análises sobre o mercado local e tendências de cada país;
- promover os produtos brasileiros do agro no mercado local;
- antecipar possíveis mudanças nas políticas sanitárias e fitossanitárias de outros países;
- indicar e facilitar contatos com especialistas, importadores e autoridades locais a brasileiros e a estrangeiros interessados em saber mais sobre nosso país.

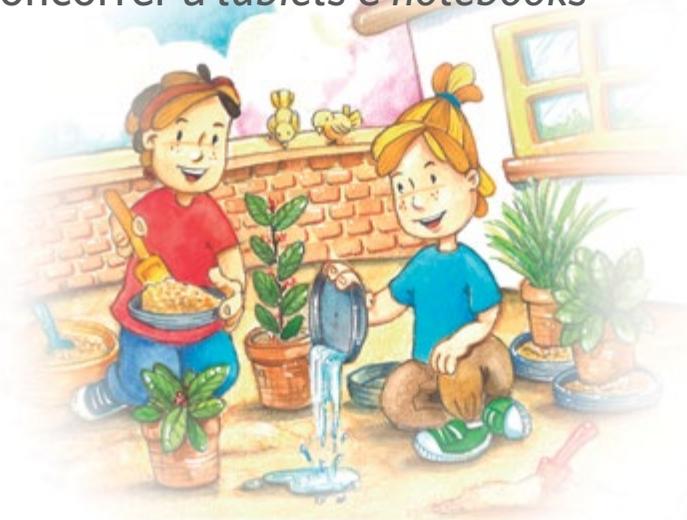
Fonte: Decreto 6464 de 2008.

Campanhas do SENAR-PR unem educação e prêmios

Alunos e professores têm até 26 de outubro para participar dos concursos da dengue e água e concorrer a *tablets* e *notebooks*



Assista ao vídeo e ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



Combinar educação, meio ambiente e saúde por meio da tecnologia. Essa é a receita das campanhas “Agro pela Água” e “Todos Contra a Dengue”, que o Sistema FAEP/SENAR-PR está promovendo este ano para engajar alunos e professores do Paraná. Por conta da pandemia do novo coronavírus, que impediu a realização de aulas presenciais, o tradicional concurso Agrinho não vai ser realizado este ano. Mas o personagem mais famoso da família do campo paranaense não ficou parado, e se engajou nestas duas campanhas.

Assim como ocorria nos anos anteriores, alunos participam com desenhos e redações nos concursos e professores com o relato da experiência pedagógica. Neste ano, tudo será realizado de forma remota e digital. Para estimular a participação, estão disponíveis diversos materiais didáticos, além de vídeos e um jogo eletrônico.

A premiação também vai acontecer de forma remota, respeitando os protocolos de saúde impostos pela pandemia. Alunos e professores têm até o dia 26 de outubro para mandar seus trabalhos. Os prêmios incluem *tablets* para os estudantes e *notebooks* e projetores multimídia para os docentes.

Neste período em que as aulas também estão acontecendo à distância, essas ferramentas têm sido fundamentais para auxiliar na rotina de alunos, pais e professores. Em Palmeira, nos Campos Gerais, Ana Luiza Costa Meira, aluna da Escola Municipal Professora Anna Ferreira de Freitas, foi premiada com um *tablet* na categoria Redação da edição do Agrinho do ano passado. Segundo seu pai, Anderson Meira, a tecnologia

tem sido fundamental para o desenvolvimento das atividades repassadas por meio das aulas *online*.

“Ela gostou muito do *tablet* e usa bastante para estudar. Ela já era acostumada com esse tipo de tecnologia, pois já tinha um celular, mas sem dúvidas é uma grande ajuda no processo de aprendizagem, principalmente nas atividades que ficam melhores em uma tela grande, além das outras funções”, destaca Meira.

Também o jovem Gabriel Anselmini, de Mamborê, vêm utilizando o *tablet* nos estudos durante este tempo de aulas à distância. O jovem recebeu o equipamento como prêmio na edição de 2019 do Concurso Agrinho. “O *tablet* que ganhei auxilia muito nos estudos. Agora com a pandemia e aulas *online*, ele vem sendo essencial, além de uma ferramenta de diversão, onde converso com meus amigos, ouço música e também jogo”, afirma.

Serviço

Para participar dos concursos das campanhas: “Agro pela Água” e “Todos Contra a Dengue”, do Sistema FAEP/SENAR-PR, alunos e professores devem acessar o site www.sistemafaep.org.br e clicar nos links das campanhas no menu direito da página.

As inscrições vão até o dia 26 de outubro!

Com primeiro semestre fraco, mercado deve aquecer até dezembro

Desempenho da carne bovina paranaense apresentou recuo, com expectativa de retomada das atividades após a pandemia



Por Guilherme Souza Dias
Técnico do DTE
Sistema FAEP/SENAR-PR

O volume de abates de bovinos diminuiu no primeiro semestre de 2020 em relação aos seis primeiros meses do ano passado. Segundo a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (PTAA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a redução foi de oito mil animais, queda de 1,19%. Em dados absolutos, o Paraná teve 695 mil cabeças abatidas no primeiro semestre de 2019, passando para 686 mil neste ano.

Enquanto a quantidade de machos acima de 24 meses se manteve estável em termos percentuais (abaixo de 1%), os machos jovens (novilhos) tiveram acréscimos de cerca de 7,5%, apesar da pequena participação no abate total. Somando as duas categorias, a quantidade de machos abatidos se manteve praticamente estável.

Entretanto, enquanto os abates de novilhas aumentaram 4,5%, entre vacas

Desempenho dos abates do Paraná (em cabeças)

Categoria	1º sem 2019	1º sem 2020	Variação (%)	Variação (cabeças)
Bois	352.982	350.811	-0,62	-2.171
Novilhos	27.560	29.612	7,45	2.052
Total machos	380.542	380.423	-0,03	-119
Vacas	235.179	223.468	-4,98	-11.711
Novilhas	79.459	83.011	4,47	3.552
Total fêmeas	341.638	306.479	-2,59	-8.159
Total abates	695.180	686.902	-1,19	-8.278
% Machos	54,74	55,38	-	-
% Fêmeas	45,26	44,62	-	-

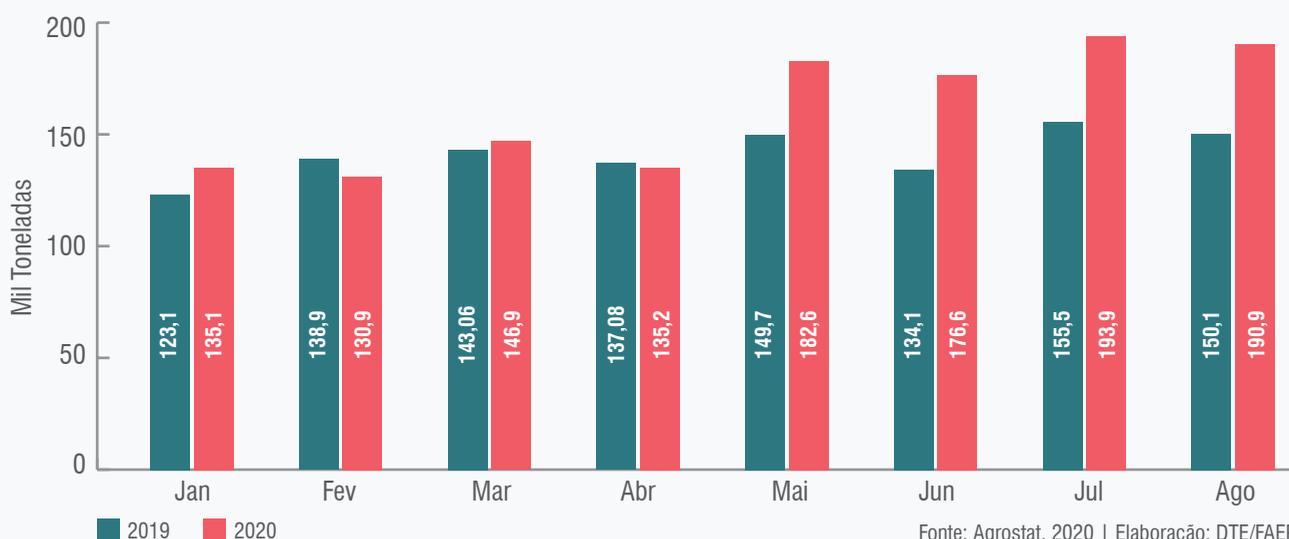
Fonte: PTAA/IBGE, 2020 | Elaboração: DTE/FAEP

mais eradas (acima de 24 meses) houve redução de quase 5%. Foram 11,7 mil matrizes a menos indo para o gancho em 2020, o que confirma a previsão de que será um ano de retenção de matrizes, mesmo com o acréscimo de 3,5 mil novilhas abatidas. No balanço geral, os abates totais do Estado foram reduzidos em 1,2%, o equivalente a 8,3 mil cabeças.

Mercado

O giro rápido proporcionado pelo abate de categorias mais jovens tem sido aproveitado pelos pecuaristas para otimizar o capital investido. O aquecimento do mercado nacional, calculado no bom desempenho das exportações, tem contribuído para o cenário de altas na arroba paranaense.

Embarques brasileiros de carne bovina



Apesar da baixa participação do Paraná nas exportações brasileiras, a tendência de maior escoamento nacional contribui para a solidez nos preços internos. O dólar valorizado tem tornado o escoamento externo interessante de maneira geral, equilibrando a demanda interna, fragilizada pela situação econômica da população nacional.

Ao contrário do que ocorreu com o mercado de leite, o pagamento do auxílio emergencial não trouxe grandes oscilações para o mercado da arroba. Contudo, houve ligeira valorização nas cotações após o pagamento da primeira parcela do auxílio, o que beneficiou um terço da população brasileira.

Exportações

Em se tratando das exportações, no acumulado do ano, o Brasil exportou 1,2 milhão de toneladas de janeiro a agosto, alta de 14,1% em relação igual período do ano anterior. Em termos de faturamento, o desempenho nacional superou US\$ 5,4 bilhões, alta de 25,5% ante 2019. O apetite mundial por proteínas animais está aquecido e o Brasil se insere em um contexto de plenas condições de atendimento a esse mercado.

Nesse contexto, ao correlacionar o volume exportado com a produção brasileira, o país exportou 22% do to-

tal produzido, contra 18,6% em 2019. Isso denota a importância do mercado externo na ponta da demanda, trazendo sustentação às cotações domésticas.

Há um salto no volume embarcado a partir de maio, notadamente período de retomada das atividades “pós-pandemia”, especialmente na Europa e Ásia. Entretanto, apesar desse aquecimento, é importante lembrar que o dólar valorizado figura como uma via de duas mãos. Se por um lado o escoamento dolarizado fica atrativo, o mesmo não ocorre para os fertilizantes, em sua maioria importados. Nesse contexto, chama a atenção os aumentos previstos para os custos de produção em 2020, especialmente oriundos dos componentes da ração, medicamentos, entre outros.

Paraná

O desempenho da carne bovina paranaense apresentou recuo no acumulado de 2020, ao contrário do Brasil, totalizando 18,3 mil toneladas embarcadas, queda de 20,6% frente ao ano anterior. Em se tratando do faturamento, a redução foi menos expressiva, de 15,8%, em função de melhores cotações. Em números absolutos, a queda foi de 4,7 mil toneladas, representando recuo de US\$ 13,8 milhões no faturamento.

A pauta de exportação se manteve inalterada frente ao ano anterior, com

a maior parte dos embarques sendo compostos por carnes bovinas desossadas congeladas e/ou refrigeradas. Esses produtos responderam por 81% do faturamento paranaense em 2020, totalizando US\$ 59,7 de milhões. Entre os 40 mercados que adquiriram os produtos do Paraná, Hong Kong e Israel absorveram mais da metade do volume, 6,1 mil e 4,6 mil toneladas, respectivamente.

A queda nos volumes totais foi motivada por reduções expressivas justamente nos principais mercados. Hong Kong e Israel reduziram suas compras em 19% e 17%, respectivamente.

Vale lembrar que as exportações são mais expressivas no segundo semestre. A retomada das atividades após a pandemia deve aquecer o desempenho no mercado externo, que tem mantido firme a demanda por carne bovina. O Brasil deve bater recorde de exportações no ano, assim como em 2019, mas o desempenho paranaense ainda segue aquém do potencial.

Com o tradicional maior abate de boiadas no segundo semestre, as cotações para a arroba devem seguir a tendência de valorização até o final do ano. Contudo, a demanda doméstica deve sofrer os impactos da queda de 50% no auxílio emergencial, portanto, as valorizações não devem ser tão expressivas quanto no final de 2019.

Anvisa autoriza uso do estoque de paraquate na safra 2020/21

Aplicação do defensivo estava proibida desde 22 de setembro. Confira o calendário

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou, no dia 7 de outubro, que produtores rurais que mantêm estoque do herbicida paraquate possam usar o produto ao longo da safra 2020/21. O agroquímico havia sido banido em 22 de setembro, por determinação da própria Anvisa. Por

unanimidade, a nova decisão foi definida durante reunião da diretoria colegiada, em Brasília.

Com o novo entendimento da Anvisa, os produtores de soja da região Sul poderão usar o paraquate até 31 de maio de 2021. Quem cultiva algodão, pode aplicar o produto até 28



Calendário de autorização apresentado na reunião da Anvisa:

- Soja – Regiões Centro-Oeste Sul e Sudeste – até 31 de maio de 2021
- Soja – Regiões Norte e Nordeste – até 31 de julho de 2021
- Algodão – Todas as regiões – até 28 de fevereiro de 2021
- Feijão – Todas as regiões – até 31 de março de 2021
- Milho – Todas as regiões – até 31 de março de 2021
- Cana-de-açúcar – Todas as regiões – até 30 de abril de 2021
- Café – Todas as regiões – até 31 de julho de 2021
- Trigo – Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste – até 31 de agosto de 2021
- Batata – Todas as regiões – até 31 de março de 2021
- Maçã – Regiões Sul e Sudeste – até 31 de outubro de 2020
- Citrus – Regiões Norte, Sul e Sudeste – até 31 de março de 2021

Memória do Campo



Estudo do IPEA mostra que soja cresceu sem devastar



Relatório publicado em 11 de maio pelo Estado de S. Paulo revela que o estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) constatou que o crescimento da área plantada de soja em uma região do Brasil não foi acompanhado por um aumento proporcional na destruição de florestas. O estudo, realizado em parceria com o governo brasileiro, analisou o crescimento da cultura nos últimos anos.

Segundo o Estado de S. Paulo, o pesquisador do Ipea cita dados de última semana agrícola do IBGE referentes a 1995/96, para mostrar que a área de terras do Região Centro-Oeste é de 6 milhões de hectares, muito inferior aos 73 milhões hectares de área de pastagens. Os pesquisadores afirmam que os agricultores, que, segundo eles, já arcam com alto preparo para o plantio. O avanço se dá basicamente na utilização de áreas já desmatadas. O estudo não exclui a possibilidade de

desmatamento de áreas não governamentais. Segundo o Ipea, o estudo foi realizado em 2010, durante o regime militar. O governo brasileiro sempre defendeu a expansão da fronteira agrícola oficial. No município de Querência, no Mato Grosso, sempre se viu o produtor. Agora há uma expansão da fronteira entre fazendas e pastagens. Mas quando a soja chegou não havia mais vegetação nativa. Aquilo que restou é uma área onde há muitas fazendas e pouco espaço para o produtor rural.

Segundo o estudo, o crescimento de terras cultivadas de última década foi de 1,5% ao ano, e nos últimos três anos praticamente quadruplicou, chegando a 4,5%. Cabe destacar que o estudo também constatou que o avanço da produção exige a melhoria das pastagens, o que tem sido feito. É possível que o plantio da soja, na prática, se caracterize por uma área já desmatada, que prepara o solo, e a expandir com base na produção de áreas já desmatadas, não em áreas de fronteira.

de fevereiro. No caso da batata, citrus, feijão e milho, a liberação vai até 31 de março. Na cana-de-açúcar, o prazo vence em 30 de abril. Os cafeicultores podem usar o paraquate até 31 de julho e os triticultores, até 31 de agosto. Para os produtores de maçã, o prazo é mais curto: vence em 30 de outubro deste ano.

Agora, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Anvisa vão elaborar uma normativa conjunta para definir a distribuição do produto já comprado, fiscalização e uso do paraquate. A autorização da agência vale exclusivamente para o produto que já foi adquirido pelos produtores rurais. Conforme a resolução do órgão, a fabricação, importação e comercialização de produtos formulados à base do princípio ativo do paraquate continuam proibidas.

O Mapa deve anular, em 2021, os registros de todos os produtos fabricados a partir do paraquate – o que ainda não foi feito – e fiscalizar se as indústrias estão seguindo a decisão da Anvisa. A fiscalização da utilização do defensivo é de responsabilidade dos Estados – no caso do Paraná, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

O avanço sustentável da soja

O crescimento sustentável da soja foi um dos destaques do Boletim Informativo há 15 anos. Na edição 848, de janeiro de 2005, trouxemos uma matéria que mostra, com base em levantamentos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), que a área plantada com a oleaginosa havia se expandido 13,8% no ano anterior. A média de avanço da soja era, então, quatro vezes maior do que a média histórica da década.

Na ocasião, o aumento da área de soja ocorreu em áreas que, antes, estavam destinadas a pastagens, principalmente na região Centro-Oeste do país. Em razão disso, o crescimento da área plantada com grãos não trouxe nenhum tipo de impacto ambiental. “Os pecuaristas arrendam área para os agricultores, que já encontram o solo preparado para o plantio”, consta na reportagem.

Hoje, o Paraná é o segundo maior produtor de grãos do país, com mais de 40 milhões de toneladas colhidas na última safra. Ainda assim, somos um dos que mais preservam o meio ambiente. Dos 19,9 milhões de hectares do Estado, 14,8 milhões são propriedades rurais. A estimativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é de que 4 milhões de hectares das propriedades rurais paranaenses estejam preservadas – o que representa 27,3% da área destinada à produção agropecuária. Esse nível de preservação está, inclusive, acima do que determina a lei. Ou seja, produzimos com respeito ao meio ambiente.



PER transforma propriedade leiteira em Marquinho

Projeto desenvolvido ao longo do programa permitiu que a produtora Elizandra Jackes identificasse erros e buscasse melhorias para a atividade decolar

A qualificação técnica e pessoal é imprescindível para o empreendedorismo, principalmente no meio rural. Mais do que portar uma extensa bagagem de conhecimentos, é preciso saber a melhor forma de aplicá-los ou, até mesmo, se realmente vale a pena seguir com uma ideia. Em 2017, a produtora de leite Elizandra Kulckamp Jackes, do município de Marquinho, na região Centro-Sul do Paraná, encontrou no Programa Empreendedor Rural (PER), desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, Sebrae-PR e Fetaep, as respostas que procurava para o seu negócio.

No início, a proposta era a implantação de pastagens para o gado leiteiro. Porém, no decorrer do curso, Elizandra entendeu que sua principal falha estava no manejo. “Eu fazia tudo do jeito que aprendi com meus pais, sem nunca pensar em fazer diferente. O PER abriu minha visão e comecei a enxergar onde estava errando”, revela a produtora, que começou na atividade em 2003.

O foco do projeto, então, tornou-se manejo, melhoramento genético e qualidade do leite. Para conseguir a qualificação técnica necessária, Elizandra participou dos cursos “Manejo de Bovino de Leite” e “Inseminação Artificial”, ambos ofertados pelo SENAR-PR. Paralelamente, foi convidada para integrar um projeto do Instituto Emater, chamado “Leite Competitivo Sul”, quando passou a receber assistência técnica na propriedade. Ao combinar este suporte com a qualificação e competência obtidos por meio do PER e das capacitações do SENAR-PR, Elizandra viu a transformação acontecer.

Em pouco mais de um ano, a produção média por animal saltou de 9 litros/dia para 15 litros/dia. Para chegar neste resultado, a principal atitude de Elizandra foi aplicar as mudanças que estavam ao seu alcance logo no início dos cursos. Com a assistência técnica, a atividade decolou. A infraestrutura também recebeu investimentos, o que contribuiu significativamente para a melhoria da produtividade. Agora, a propriedade de cerca



de 15 hectares conta com um espaço de 108 m² para agrupar os 12 animais, sendo 10 vacas em lactação e duas novilhas, além de novas salas para ordenha, resfriador e medicamentos.

“Antes, os animais ficavam a céu aberto, eu fazia os cochos com pneu, espalhava os piquetes no pasto e colocava silagem. Às vezes, eu acabava de colocar a silagem, chovia, molhava tudo, as vacas não comiam e era jogado fora. Sem falar que elas acabavam mexendo e muita silagem era perdida”, relembra a produtora. “Também tinha problema com as vacas dominantes, que comiam mais rápido. Então, eu não conseguia tratar uniformemente todas as vacas”, complementa.

Bem-estar animal

Em relação ao manejo do gado, segundo a produtora, as mudanças não apenas aumentaram a produtividade, mas também reduziram perdas e facilitaram o trabalho no dia a dia. Para as bezerras, por exemplo, foi implementado o sistema de criação em casinhas, favorecendo o bem-estar animal e atendendo às condições básicas para o alojamento eficiente. Por meio da inseminação artificial, Elizandra melhorou o controle

reprodutivo e passou a criar as próprias novilhas, que serão as futuras matrizes da propriedade.

Segundo a extensionista Milena Mateus, que acompanha Elizandra no projeto de assistência técnica do Instituto Emater, a iniciativa da produtora é o diferencial de seu sucesso. “No início do atendimento, começamos a trabalhar o processo de criação das fêmeas de reposição, adubação de pastagens e manejo do rebanho. Em conjunto, a Elizandra sempre busca aprimorar o conhecimento, participando de cursos e palestras. Ela é muito competente e comprometida com os resultados da propriedade”, afirma Milena.

Qualidade do leite

Durante o curso “Manejo de Bovino de Leite” do SENAR-PR, por meio de um colega de turma, Elizandra conheceu outro projeto de assistência técnica, com a empresa Laticínio Piloto, que tem a proposta de instruir produtores sobre procedimentos para a melhoria da qualidade do leite. Com mais esse suporte, a produtora identificou as práticas de sanidade animal que poderia implementar na sua atividade, além de passar a trabalhar com aspectos técnicos de qualidade do leite, como as análises mensais dos animais e do leite no tanque.

“A melhoria da produtividade foi de 50% a 60%. Com o controle de CCS [Contagem de Células Somáticas], por exemplo, eu tenho basicamente descarte zero de leite. Quando a taxa de CCS diminui, as vacas aumentam a produtividade. Com sanidade e bem-estar, deixo de gastar com antibiótico e medicação. Não tem mais perda por estresse do animal”, destaca Elizandra.

Com as mudanças no manejo e sanidade, o leite da produção de Elizandra chegou a atingir valores de 9 mil em Contagem Padrão de Placas (CPP) e 2 mil em CCS. Para termos de comparação, o limite tolerável pelo Ministério da Agricultura é de 300 mil de CPP e 500 mil de CCS. Agora que possui uma nova sala de ordenha com mais infraestrutura, a produtora espera que os números melhorem ainda mais.

“Ver o leite pela aparência é uma coisa. Mas fazer uma análise é totalmente diferente. Após o curso, fui implementando o que aprendi, como *pré* e *pós-dipping*, secagem correta das vacas, e a partir das análises, fui identificando onde estavam os erros, como manutenção de equipamentos, produtos utilizados, ambiente onde as vacas dormiam”, elenca a produtora.

Quando questionada sobre os planos para o futuro, Elizandra quer construir um escritório para trabalhar no planejamento da propriedade e receber os técnicos. Em relação à atividade leiteira, quer direcionar o foco para o melhoramento genético. “Eu me vejo aumentando a minha produção e, talvez, até entrando para a venda de matrizes registradas. Quem sabe nos próximos anos não chego entre os melhores com vacas de alta produção”, almeja.

Para a produtora, planejamento e parceria foram essenciais para o projeto dar certo e estar em prática com viabilidade e rentabilidade. “Eu costumo dizer que sempre é possível aprender alguma coisa diferente. Não adianta fazer vários cursos, ir em palestras e chegar na propriedade e não aplicar pelo menos uma pequena coisa daquilo que ouviu. É o que eu tenho feito”, finaliza.

15 litros/dia

É a média de produtividade por animal após aplicar conhecimentos adquiridos no programa e em cursos do SENAR-PR



Elizandra Jackes: aplicação do conhecimento na propriedade



Produtora investiu em bem-estar animal e melhorou produtividade

VIA RÁPIDA



Peteca

A peteca também se tornou categoria no *Guinness Book* – e o recorde é brasileiro. Em 2000, José Vinícius Marques Alves e William Ribeiro Mourão rebateram a peteca por 4,8 mil vezes, antes que ela caísse no chão. O feito foi registrado em Brasília.

Bin Laden em Foz?

Na década passada, vários rumores davam conta de que o terrorista Osama Bin Laden teve, pelo menos, uma passagem por Foz do Iguaçu, no Paraná. Em 2003, a revista *Veja* publicou uma reportagem, dizendo que o saudita esteve na cidade em 1995, segundo fontes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Em 2001, a CNN havia mostrado que entre os documentos apreendidos em um endereço ligado à organização terrorista Al-Qaeda estava um pôster das Cataratas do Iguaçu. Um hotel da cidade até tentou capitalizar sobre a notícia e lançou uma campanha de publicidade: “Se até Bin Laden teria arriscado o pescoço pra visitar Foz do Iguaçu, é porque vale a pena!”.



51

Um bêbado achou uma nota de R\$ 50 e uma moeda de R\$ 1. Decidiu dividir a grana com o colega de copo.

- Você sabe quanto é 51 dividido por dois?

O amigo pensou um pouco e respondeu:

- Dá meio litro para cada um!

O maior prédio do futuro

Aquele que será o maior prédio do mundo já está em construção. O Jeddah Tower terá 167 andares e um quilômetro de altura. Localizado na cidade de Gidá, na Arábia Saudita, o edifício teve suas obras iniciadas em 2013. A previsão é de que o arranha-céu seja inaugurado em 2021.



O vovô dos celulares

Em 3 de abril de 1973, liderada por Martin Cooper, a Motorola fez a primeira ligação do mundo usando um telefone celular. Na ocasião, a empresa apresentava o DynaTAC 8000, considerado o primeiro aparelho celular do mundo. O modelo, no entanto, só veio a ser comercializado em 1983. O telefone tinha 33 centímetros de altura, 4,5 centímetros de largura e 8,9 centímetros de espessura. Pesava 794 gramas e memorizava até 30 números. Na época do lançamento, o vovô dos celulares custava quase 4 mil dólares.



Mãos gigantes

Em 2018, o Vietnã inaugurou uma de suas principais atrações turísticas: a Cau Vang – a Ponte Dourada. A edificação se estende por 150 metros de comprimento e está a uma altitude de 1,4 mil metros, de onde se pode ver as florestas de Ba Na. A ponte é sustentada por suas mãos gigantes, feitas de concreto, o que impressiona os turistas.



Descarte da bandeira nacional

Você sabia que existem regras para o descarte da Bandeira do Brasil? A bandeira em mau estado de conservação, descolorida ou rasgada não pode simplesmente ser jogada no lixo. Conforme previsto em lei, o objeto deve ser incinerado no “Dia da Bandeira” (19 de novembro), no Cerimonial Peculiar de Incineração que normalmente é realizado dentro dos quartéis do Exército.



Erratas

Na edição 1517, na coluna Via Rápida, escrevemos de forma incorreta a palavra “velhinha”, sem a letra “h”. Assim, ficou se referindo a vela (fonte de luz).

Ainda, na edição 1518, também na coluna Via Rápida, colocamos a informação de que o livro “O Alquimista”, de Paulo Coelho, é o livro mais traduzido do mundo. Na verdade, a obra mais traduzida do planeta é a Bíblia.



UMA SIMPLES FOTO



FAÇA SUA
INSCRIÇÃO
AQUI



MISSÃO Agrinho 2020

PARTICIPE DOS CONCURSOS AGRINHO 2020

Inscrições até
dia **26/10** no site
sistemafaep.org.br

CATEGORIAS:

Alunos



Desenho
Educação infantil e 1º ano
do EF - APAES, Redes
Pública e Privada.



Redação
2º a 9º EF - APAES, Redes
Pública e Privada.

Professores



**Práticas
pedagógicas**

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

